



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EDITAL Nº 01/2017

PROCESSO DE SELEÇÃO AO MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, TURMA 2018.

A Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, torna público o Edital para a seleção de candidatos(as) as vagas disponíveis para composição da turma de 2018 do Curso de Mestrado em Ciência Política.

1. DAS VAGAS

1.1. O número máximo de vagas é 20 (vinte), não havendo nenhum compromisso por parte do Programa com o preenchimento total das vagas, nem com a concessão de bolsas.

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1. Serão admitidos como candidatos à seleção do Mestrado em Ciência Política os portadores de diploma ou certificado de curso de nível superior reconhecido pelo MEC; Portadores de diploma de Curso de Graduação obtido no exterior e certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação.

2.1.1. Os diplomas expedidos no exterior deverão ser apresentados com autenticação consular brasileira. No ato da matrícula, os candidatos aprovados deverão assinar um termo dando ciência de que só receberão o diploma de pós-graduação após o seu diploma de graduação ser reconhecido nos termos da legislação brasileira.

2.1.2. Os candidatos concluintes de Curso de Graduação devem apresentar no ato da inscrição declaração informando a data prevista para a conclusão do curso de graduação, ficando sua admissão condicionada a conclusão do curso de Graduação até a data limite para a realização da matrícula dos candidatos aprovados.

2.2. Os (as) candidatos (as) ao processo de seleção, no momento da inscrição, deverão apresentar à secretaria do programa os seguintes documentos:

2.2.1. Formulário de inscrição devidamente preenchido em duas vias (VER ANEXO I);

2.2.2. Uma (01) fotografia 3x4, recente, já colada em uma via do formulário;

2.2.3. Documentos de identificação:

a) Carteira de identidade (ou documento equivalente);

b) CPF;

c) Título de eleitor e comprovantes de comparecimento à última eleição (original e cópia de cada documento);

2.2.4. Cópia do Diploma, certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação (original e cópia).

2.2.5. Cópia do Histórico escolar de graduação, conforme Resolução nº 3210/CONSEP, de 26/10/2004 (original e cópia);

No ato da inscrição deverão ser apresentados os documentos originais para certificarem as fotocópias dos mesmos. Os documentos que estiverem autenticados não carecem de comparação com o original.

2.2.6. Curriculum Vitae certificado pela Plataforma Lattes, em 03 (três) vias, acompanhado de uma via com fotocópias dos documentos comprobatórios (ver modelo proposto na Plataforma LATTES/CNPq – www.cnpq.br). Não serão considerados, para fins de avaliação, currículos que não estejam cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>), exceto para candidatos estrangeiros.

2.2.7. Pré-projeto de dissertação, em três (03) vias, abordando tema referente a uma das Linhas de Pesquisa do Programa, contendo até dez (10) páginas/laudas, (incluindo: a) Título; b) Justificativa; c) Problema; d) Hipótese; e) Objetivos; f) Referencial Teórico; g) Metodologia; h) Referências bibliográficas. A estrutura do pré-projeto deverá estar padronizada em espaço 1,5; fonte Times New Roman; corpo 12. Na capa do Pré-projeto deverá ser indicada a linha de pesquisa na qual o (a) candidato (a) concorrerá. (vide item 11). Os projetos de pesquisa dos candidatos deverão obrigatoriamente estar vinculados aos programas de pesquisa dos professores do PPGCP, constantes do anexo II deste edital. Serão indeferidas as inscrições dos candidatos cujos pré-projetos não correspondam às exigências aqui definidas.

2.2.8. Carta do(a) candidato(a) ao presidente da comissão de seleção expondo os motivos para cursar o Mestrado, bem como da escolha da área de concentração e da linha de pesquisa e um resumo de sua experiência acadêmica e profissional vinculado a área do curso (máximo de duas laudas).

São de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato as informações e a documentação por ele fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título após a realização da inscrição

3. DAS FORMAS PARA A INSCRIÇÃO

As inscrições poderão ser efetivadas:

3.1. Pessoalmente;

3.2. Por procuração, com assinatura reconhecida em cartório;

3.3. As inscrições presenciais deverão ser feitas na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPA no período de 28/08/2017 a 29/09/2017 no horário: 09h às 14h, no endereço: Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Guamá – Rua Augusto Corrêa, Nº 1 – CEP: 66075-110 – Belém-Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH - Campus Básico - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política -PPGCP - Telefone: (91)3201-7997;

3.4. A inscrição poderá ser realizada por correspondência, via SEDEX, desde que postada até a data de encerramento das inscrições. As inscrições por correspondência serão válidas se recebidas até 72h após o fim do prazo de inscrições, não havendo responsabilização do programa por atrasos ocorridos na entrega postal. As inscrições por correspondência devem ser endereçadas à Professora Dra. Maria Dolores Lima da Silva, Coordenadora do Curso de Mestrado em Ciência Política, no endereço referido no item 3.3 deste edital.

3.5. Informações sobre o mestrado podem ser obtidas no site <http://www.ppgcp.propesp.ufpa.br>.

3.6. Haverá análise prévia dos pedidos de inscrição e somente serão deferidos:

a) os que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital;

b) os que apresentarem toda a documentação autenticada ou com apresentação do documento original;

c) os que apresentarem Pré-projeto de dissertação que estiverem adequados às áreas de concentração do Programa e às linhas de pesquisa dos (as) professores (as) orientadores (as) do Programa.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. A seleção dos(as) candidatos(as) será feita pela Comissão de Seleção, formada por três membros titulares e um suplente, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

4.2. Em caso de necessidade, os critérios de desempate serão adotados na seguinte ordem: 1º - candidato que obteve nota mais alta na prova escrita; 2º classificação na entrevista; 3º maior idade.

4.3. Os recursos a toda e qualquer fase do processo de seleção deverão ser feitos através de requerimentos escritos pelo candidato endereçado ao presidente da comissão de seleção entregues na secretaria do PPGCP no horário de 09:00 as 14:00 horas, respeitando os prazos previstos no presente edital. Em caso de deferimento o candidato será convocado através de publicação na página do PPGCP para receber as informações sobre sua participação na próxima fase da seleção.

5. FASES DE SELEÇÃO:

5.1. 1ª fase – Prova escrita (eliminatória e classificatória). Somente participarão das fases seguintes os (as) candidatos (as) aprovados (as) na prova escrita.

5.2. 2ª fase– Entrevista (eliminatória e classificatória);

5.3. 3ª fase – Exame de Proficiência em língua inglesa (obrigatória para os candidatos classificados na entrevista).

6.DO CALENDÁRIO

Fases da seleção	Datas / Períodos
Divulgação do Edital	28/08/2017 a 29/09/2017
Inscrições ao processo seletivo	28/08/2017 a 29/09/2017
Divulgação das Inscrições deferidas	Até 06/10/2017
Prazo Recursal das inscrições indeferidas	09/10/2017 a 11/10/2017
Realização da prova escrita	30/10/2017
Divulgação dos (as) aprovados (as)	Até 14/11/2017
Prazo recursal da Prova escrita	16,17 e 21/11/2017
Realização das entrevistas	27/11/2017 a 29/11/2017
Divulgação da relação dos (as) aprovados (as)	Até 30/11/2017
Prazo recursal da Entrevista	01 a 05/12/2017
Prova de proficiência em inglês	07/12/2017
Divulgação do Resultado	12/12/2017
Prazo Recursal da Prova de Proficiência em Inglês	13, 14 e 15/12/2017

6.1. A prova escrita, de proficiência e as entrevistas serão realizadas em local a ser informado oportunamente através do site do PPGCP.

7. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

7.1. Prova Escrita (eliminatória):

7.1.1. A prova escrita versará sobre temas específicos com base em bibliografia indicada neste edital.

7.1.2. A prova escrita será composta de duas questões, que serão definidas mediante a realização de dois sorteios, na presença dos candidatos, no início da realização da prova;

7.1.3. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, não sendo permitida a consulta a qualquer livro ou texto.

7.1.4. Serão observados os seguintes critérios de avaliação:

a) Conhecimento do tema, atualização, clareza das idéias e aprofundamento do tema proposto, 40% da prova;

b) Coerência dos argumentos e adequação da resposta à literatura indicada no edital, 40% da prova;

c) Organização e clareza da resposta (introdução, desenvolvimento, conclusão); uso adequado da terminologia técnica, clareza de expressão e correção gramatical, 20% da prova.

7.1.5. A prova escrita será corrigida por dois professores membros da comissão de seleção. Havendo discrepância entre as notas acima de 20% será convocado um terceiro avaliador. A nota atribuída por este terceiro avaliador será confrontada com as duas notas anteriores, sendo que a nota que mais se aproximar com a do terceiro avaliador será considerada e a nota que mais se afastar será descartada. A nota final será a média das notas consideradas de dois avaliadores.

7.1.6. A bibliografia ficará à disposição dos (as) candidatos (as) em local a ser informado pela Secretaria do PPGCP.

7.1.7. Para a realização da prova escrita, o candidato deverá identificar-se mediante apresentação do seu RG e CPF. Na prova escrita não haverá a identificação do candidato, que será feita apenas pela indicação do número do seu CPF na primeira página do caderno de respostas.

7.1.8. O candidato poderá ter acesso a sua prova e as planilhas individuais de correção da mesma desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

7.2. Entrevista (eliminatória):

7.2.1. Farão entrevistas os candidatos(as) aprovados na prova escrita.

7.2.2. A entrevista será feita com base nos dados do currículo e no pré-projeto apresentado por ocasião da inscrição do candidato. Os critérios de avaliação das entrevistas serão:

- a) conhecimento teórico e metodológico, domínio e segurança em relação ao tema do pré-projeto, coerência entre os componentes do pré-projeto proposto (tema, problema, hipóteses, objetivos e metodologia). 50%
- b) experiência em atividades de pesquisa acadêmica e publicações de artigos relacionados às linhas de pesquisa do curso, comprovadas e expostas no CV Lattes; 20%
- c) desempenho acadêmico do candidato exposto no histórico escolar de sua formação acadêmica anterior (graduação, especialização, mestrado, etc.), 20%
- d) disponibilidade de tempo para cursar e concluir o curso de mestrado. 10%

7.2.3. As entrevistas serão realizadas por ordem alfabética dos(as) candidatos(as) aprovados na prova escrita.

7.2.4. As entrevistas com os candidatos estrangeiros serão realizadas em língua portuguesa.

7.2.5. A nota final da entrevista será estabelecida pela média da nota atribuída por todos os professores componentes da banca de avaliação, no momento da entrevista.

7.2.6. O candidato poderá ter acesso às planilhas individuais de avaliação da entrevista desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

7.3. Prova de Proficiência em Língua Estrangeira (obrigatória):

7.3.1. Os (as) estudantes de Mestrado de nacionalidade brasileira ou provenientes de países de língua portuguesa deverão realizar teste de proficiência em língua inglesa, e os candidatos estrangeiros realizarão teste de proficiência em língua portuguesa, ou apresentar certificado de proficiência nas línguas requeridas, expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO

8.1. Será considerado aprovado em cada fase do processo seletivo, o(a) aluno(a) que obtiver nota mínima 6 (seis) pontos, no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.2. A nota final e a classificação serão calculadas pela média das notas parciais obtidas na avaliação do desempenho dos(as) candidatos(as) nas duas primeiras fases do processo seletivo (prova escrita e entrevista), sendo aprovados aqueles (as) que alcançarem nota final igual ou superior a 6 (seis), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez). Os candidatos serão classificados segundo a ordem de suas notas finais, até atingir o número máximo de vagas estabelecido neste Edital.

8.3. A ordem de classificação não garante acesso automático às bolsas disponibilizadas pelo PPGCP.

9. CANDIDATOS ESTRANGEIROS

9.1. Candidatos estrangeiros a uma bolsa de estudos no âmbito do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) do Ministério de Relações Exteriores, CAPES e CNPq, ou outros convênios específicos de fomento para alunos de Mestrado estrangeiros no Brasil chancelados pela CAPES, poderão requerer uma carta de aceite do PPG para cumprir as exigências estabelecidas no respectivo Edital. A Carta de Aceite poderá ser solicitada ao longo do período de inscrições, previsto no respectivo edital. A emissão desta carta dependerá de análise do *curriculum vitae* do candidato estrangeiro, plano de trabalho e histórico escolar, indicando que ele está apto aos estudos de Pós-Graduação em Ciência Política, não o eximindo de cumprir as etapas posteriores do processo de seleção no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. No caso de não ser aprovado no processo de seleção PEC-PG ou outro Edital de convênio para alunos estrangeiros de Mestrado no Brasil chancelado pela CAPES, o candidato deverá submeter-se aos procedimentos para o Exame de Seleção estabelecidos no PPGCP para candidatos estrangeiros nos termos da Resolução N° 001/2014 do PPGCP ou se submeter as regras de seleção previstas no presente edital.

9.2. Candidatos estrangeiros residentes fora do Brasil poderão realizar a Prova Escrita e a entrevista na Embaixada brasileira de seu respectivo país de origem. Para isto, deverão apresentar, quando de sua inscrição, documento da Embaixada brasileira aceitando a realização de prova e entrevista em suas dependências, em dia fixado pela Comissão de Seleção, bem como duração e condições de não consulta bibliográfica semelhantes à dos demais candidatos, além de designar funcionário responsável por sua aplicação.

10. AREAS DE CONCENTRAÇÃO DO PPGCP

10.1. **Área de Concentração em Instituições Políticas e Políticas Públicas** - Reflexões sobre as teorias democráticas contemporâneas, com a análise empírica centrada nos processos de representação nas instituições políticas em torno de: partidos, eleições e recrutamento político; legislativo e produção parlamentar; executivo e processos de formação de governo e desempenho na gestão de políticas públicas; movimentos sociais; cultura política; e comportamento político-eleitoral.

10.2. **Área de Concentração – Teoria Política e Métodos** - Estudo do ponto de vista conceitual e filosófico das teorias clássicas e contemporâneas, conjugando um amplo espectro de temáticas através de categorias como: o público e o privado no contexto da modernidade; crítica da tradição do pensamento político ocidental; crítica religiosa; teorias do estado, relação estado e sociedade civil; teoria democrática; desempenho Institucional das Instituições de Justiça, metodologias de investigação dos fenômenos políticos.

Obs. Informações mais detalhadas sobre os Programas de pesquisa desenvolvidos pelos professores do PPGCP estão inseridas no anexo II deste edital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os candidatos somente terão acesso ao local das provas portando documento de identificação contendo fotografia, sendo desclassificados do concurso os que faltarem a quaisquer das Etapas ou não obedecerem aos horários estabelecidos.

11.2. As provas serão públicas, vedando-se, quando da realização das entrevistas, a presença de quaisquer outros candidatos.

11.3. Será garantida a não identificação por nome dos candidatos nas provas de conhecimento e de idioma.

11.4. Os candidatos não selecionados poderão reaver, na Secretaria do Programa, os documentos apresentados para a inscrição até 60 (sessenta) dias após a divulgação do resultado final. Findo este prazo, os documentos serão descartados.

11.5. A Comissão de Seleção decidirá os casos omissos;

11.6. A divulgação dos resultados contemplará apenas os nomes dos (as) candidatos (as) aprovados (as) em cada etapa por ordem alfabética.

11.7. Não havendo o preenchimento das vagas, o Colegiado poderá abrir novo edital de seleção especificamente para completar as vagas ociosas.

11.8. Junto com o resultado final do processo seletivo serão divulgados o local, a data e horário de matrícula dos (as) aprovados (as).

11.9. O Curso exige dedicação integral do(a) candidato(a) aprovado(a).

11.10. Candidatos (as) Portadores (as) de Necessidades Especiais-PNE deverão solicitar no ato da inscrição atendimento especializado para a realização das provas.

11.11. Os casos omissos serão avaliados em primeira instância e resolvidos pela Comissão de Seleção; e em segunda instância, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

10. BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2012.

HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 145-194, mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a10n23.pdf>.

EVANS, Peter B. Análise do estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, n. 4, jul./ dez. 1998. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%202/REC_2.2_03_Analise_do_estado_no_mundo_neoliberal.pdf

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

WEBER, Max. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política da burocracia e da natureza dos partidos**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ANEXO I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

(foto)

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nº _____

Nome:		
Data de nascimento: Nacionalidade: Estado civil:		
Identidade: CPF:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Cidade:
Telefone Residencial: Celular:		
Endereço eletrônico:		
Endereço para correspondência: () o mesmo acima / () outro:		
CURSO DE GRADUAÇÃO:		
Início:	Conclusão:	
Universidade/Faculdade:		
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:		
Início:	Conclusão:	
Universidade/Faculdade:		
Título do pré-projeto:		
Linha de pesquisa à qual vinculará o pré-projeto de dissertação:		
Possui vínculo empregatício? Sim () Não ()		
Instituição/Empresa:		

Informações Adicionais (assinalar com X)

()	Tenho condições adequadas para realizar meus estudos.
()	Tenho disponibilidade de horário para realizar meus estudos e frequentar as aulas.

ANEXO II

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E PROGRAMAS DE PESQUISA DOS PROFESSORES DO PPGCP

11.1. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA POLÍTICA E MÉTODOS – Esta área de concentração agrega os seguintes professores:

- 1) Dr. Celso Antonio Coelho Vaz
- 2) Dra. Bárbara Lou Veloso Dias
- 3) Dr. Daniel Chaves Brito
- 4) Dr. Luis Fernando Cardoso
- 5) Dr. Jean-François Y. Deluchey

1) Dr. CELSO ANTÔNIO COELHO VAZ – Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1985). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ (1992). Mestrado em Études Politiques. École des Hautes Études en Sciences Sociales. EHESS/Paris/França (1999). Doutorado em Études Politiques. École des Hautes Études en Sciences Sociales. EHESS/Paris/França (2004). Pós-doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, (2014). Atuando nas seguintes áreas: **Teoria Política. 2) Democracia e Judiciário na Amazônia. 3) Judiciário, Direitos Humanos e Constitucionais. 4) Pensamento Político Brasileiro**

O professor Celso Vaz está atualmente desenvolvendo dois programas de pesquisas: **1) TEORIA POLÍTICA: PRINCÍPIOS NORMATIVOS, DESENHOS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA; 2) ACESSO À JUSTIÇA: SOCIEDADE, POLÍTICA E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA.**

PROGRAMA DE PESQUISA 1 – TEORIA POLÍTICA: PRINCÍPIOS NORMATIVOS, DESENHOS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Este programa apresenta os seguintes **OBJETIVOS**: Estudar as teorias políticas modernas e contemporâneas, em seus princípios normativos, seus desenhos institucionais e participativos. Da perspectiva normativa busca-se a reflexão sobre a realidade e a sua projeção em um dever ser em torno de valores de liberdade, igualdade e de justiça. Da perspectiva descritiva busca-se a concretização destes valores pela sua institucionalização na esfera pública do estado e da sociedade civil. Os princípios normativos, e desenhos institucionais e participativos serão compreendidos de maneira indissociada, bem como por meio de identidades e rivalidades entre teorias políticas.

O programa de pesquisa apresenta a seguinte **EMENTA**: Estudo de teorias políticas modernas e contemporâneas e suas contribuições para a construção de paradigmas do contrato social, nos seus aspectos normativos, institucionais e participativos, tanto no âmbito da esfera da sociedade civil quanto na do Estado.

OS TEMAS ABORDADOS POR ESTE PROGRAMA DE PESQUISA SÃO OS SEGUINTE:

- a) Teoria Política normativa moderna e liberalismo político;
- b) Teoria Política normativa e socialismo;
- c) Teoria Política normativa contemporânea e neoliberalismo político,

d) neosocialismo, comunitarismo, multiculturalismo e teoria do reconhecimento.

PROGRAMA DE PESQUISA 2 – ACESSO À JUSTIÇA: SOCIEDADE, POLÍTICA E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA.

OBJETIVO: O objetivo deste programa de pesquisa é realizar pesquisas sobre o acesso à justiça numa perspectiva teórica e dos modelos de análise empírica da Ciência Política. Busca-se compreender sobre o acesso à justiça por meio das relações entre a sociedade civil, o poder executivo, o legislativo e as instituições do sistema de justiça, públicas e da sociedade civil. Em sentido lato estas relações serão abordadas da perspectiva da gestão pública da justiça, nos seus aspectos, normativos, organizacionais, administrativos, orçamentários, fiscais, tributários e comportamentais. Na esfera das instituições de justiça governamentais estes aspectos serão abordados com ênfase nas relações intra-governamentais, ou seja, no âmbito do sistema das instituições de justiça estatais e no âmbito intergovernamental da perspectiva das relações entre estas instituições e o poder executivo, legislativo. No enfoque das instituições de justiça da sociedade civil busca-se a compreensão da suas relações com as instituições de justiça governamentais e com os poderes executivo e legislativo, em torno da justiça, da igualdade e da liberdade.

EMENTA: Instituições de justiça públicas governamentais e da sociedade civil e acesso à justiça. Gestão pública da justiça na dimensão normativa, organizacional, administrativa, orçamentária, tributária, fiscal e comportamental. Governança judicial e relações e controles intragovernamentais. Governança judicial e relações intergovernamentais com o executivo e o legislativo. Organizações de justiça da sociedade civil e o sistema de justiça governamental. Organizações de justiça da sociedade civil e os poderes executivo e legislativo. Tribunais e governança da justiça do trabalho, eleitoral e fiscal. Padrões de decisão de tribunais. Judicialização da política. Politização do judiciário. Protagonismo judicial.

OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:

- a) Instituições de justiça públicas governamentais e da sociedade civil e acesso à justiça;
- b) Gestão pública da justiça na dimensão normativa, organizacional, administrativa, orçamentária, tributária, fiscal e comportamental;
- c) Governança judicial e relações e controles intra governamentais;
- d) Governança judicial e relações intergovernamentais com o executivo e o legislativo;
- e) Organizações de justiça da sociedade civil e o sistema de justiça governamental;
- f) Organizações de justiça da sociedade civil e os poderes executivo e legislativo;
- g) Tribunais e governança da justiça do trabalho, eleitoral e fiscal;
- h) Padrões de decisão de tribunais;
- i) Judicialização da política; -Politização do judiciário;
- j) Protagonismo judicial.

2) BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS – possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA (1997). Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1999). Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (2008). Atua nas seguintes áreas: 1. Filosofia Política; 2. Teorias normativas e teoria crítica; 3. Sociologia política e teorias disposicionais (Bourdieu e Bernard Lahire), 4. Pensamento político brasileiro e 5. Estudos sobre o poder judiciário e o fenômeno da judicialização.

A professora Bárbara Lou está trabalhando com dois programas de pesquisa: **1)FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL;** **2) INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA.**

PROGRAMA DE PESQUISA 1: FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL

OBJETIVOS: Este programa apresenta os seguintes objetivos: a) Estudar e desenvolver projetos sobre filosofia política (Antiga, Moderna e Contemporânea) – autores e escolas de pensamento; b) Estudar e desenvolver projetos sobre os diagnósticos apresentados pelos teóricos críticos, por exemplo Habermas e a tese de instrumentalidade da razão comunicativa ou Honneth e o diagnóstico do sofrimento por indeterminação e seus prognósticos refletidos em modelos institucionais; c) Desenvolver uma reflexão filosófica política e projetos sobre as possibilidades de reinvenção normativa das teorias sobre a representação da soberania, da vontade popular e do poder constituinte; d) Analisar e desenvolver projetos de modelos que buscam repensar novas formas de representação política e de exercício de normatização social (Butler e Žizek).

EMENTA: Teoria política da antiguidade clássica. Teoria política moderna. Teoria política contemporânea. Teoria crítica. Emancipação social. Racionalidade. Modernidade. Deliberação. Facticidade. Validade. Teoria do reconhecimento. Sofrimento por indeterminação. Soberania como vontade e representação. Democracia. Representação. Liberalismo. Normatividade social.

OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:

- a) Teorias político normativas da antiguidade clássica, modernidade e contemporaneidade e seus diagnósticos sociais e prognósticos institucionais.
- b) Teoria crítica, suas aporias e possibilidades de reinvenção político normativas da modernidade.
- c) Novas formas de produção de uma política republicana sobre o bem comum em detrimento da noção de políticas públicas.
- d) O neoliberalismo como processo de radicalização da matriz de modernização e do excesso de determinação social

PROGRAMA DE PESQUISA 2: INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

OBJETIVOS: Este programa apresenta os seguintes objetivos: Estudar e desenvolver projetos sobre o poder judiciário e sua relação com os outros dois poderes (executivo e legislativo) com a finalidade de realizar uma análise mais abrangente sobre a política da administração judicial local e nacional. Estudar e desenvolver projetos sobre a contribuição do STF e do controle de constitucionalidade para a estabilidade do presidencialismo de coalizão. Estudar e desenvolver projetos sobre a formação disposicional (Bourdieu e Lahire) social dos juízes e das elites Judiciais no sentido da formação de um corpo profissional específico. Analisar e desenvolver projetos sobre a relação e a função do poder judiciário com o Estado Brasileiro. Analisar e desenvolver projetos sobre o fenômeno da judicialização como consequência do processo de moralização da política e do neoliberalismo.

EMENTA: Administração política judicial. Controle de Constitucionalidade. STF. Relação executivo-legislativo e judiciário. Presidencialismo de coalizão. Sociologia disposicional e a formação profissional dos atores judiciais. A função do poder judiciário na formação do Estado Brasileiro. Judicialização. Moralização da política. Neoliberalismo.

OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:

- a) A administração política das instituições judiciais.
- b) A formação e as disposições do corpo profissional que atua nas instituições judiciais.
- c) As elites judiciais e sua relação com a administração política judicial.
- d) A relação do poder judiciário com a formação estrutural e funcional do Estado Brasileiro.
- e) Judicialização da política como expressão do excesso de determinação da normatividade social e resultado do processo de moralização política.
- f) Neoliberalismo e o novo tipo de jurisdição.

3) Dr. DANIEL CHAVES DE BRITO - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1994) e doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (1999). Tem experiência na área de Teoria Social, com ênfase em Teorias Sociais Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: **Teorias sociais da violência, teorias sociais do direito e da cidadania, Estado e políticas de segurança pública.**

O professor Daniel Brito está atualmente desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **TEORIA POLÍTICA, QUESTÕES DE CONSTRUÇÃO TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PENSAMENTO POLÍTICO NA MODERNIDADE**

OS OBJETIVOS DESTE PROGRAMA SÃO OS SEGUINTE: O programa visa avançar na tentativa de construir um estudo da teoria política na contemporaneidade, buscando compreender como, concepções da antiguidade clássica, reaparecem no âmbito do pensamento social e político contemporâneo, tais como, ceticismo e cinismo. Nesse contexto o estudo tem o objetivo de decantar as categorias do pensamento filosófico político que atravessam a construção de análises e arcabouços teóricos, que tentam renovar a explicação da crise do Estado moderno, dos conflitos, que envolvem a sociedade global, e de modo geral seu impacto em formações nacionais específicas (Estado Nação). O enfoque, que integra o esforço analítico de compreensão dos desdobramentos dos fenômenos políticos atuais, visa problematizar o papel da violência e da segurança como parâmetros de práticas civilizatórias na modernidade.

Ementa: O estudo da noção de biopolítica desenvolvida por M. Foucault e os estudos de Giorgio Agamben sobre o Poder Soberano e o Homo Sacer. Na sequência apresenta-se a teoria das imunizações de R. Esposito e suas políticas de proteção (segurança) e negação da vida. Conclui-se com a apresentação da teoria da antropotécnica e a crise do humanismo de P. Sloterdijk.

OS TEMAS ABORDADOS POR ESTE PROGRAMA SÃO OS SEGUINTE:

- a) A biopolítica como tecnologia de governamentalidade;
- b) O Biopoder e o soberano como elementos da violência política e do estado de exceção;
- c) A segurança e a imunização como parâmetros de práticas civilizatórias;
- d) Violência e segurança no âmbito da negação da vida, da Antropotécnica como crise do humanismo;
- e) A crise do estado nação, os conflitos e a segurança global e a violência como prática civilizatória.

4) Dr. JEAN-FRANÇOIS YVES DELUCHEY – Doutor em Ciência Política / Políticas Públicas da Universidade da Sorbonne Nouvelle (Paris 3, 2000). Pós-doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica - RJ - UFPE, (2017). Atuando nas seguintes áreas:

Segurança Pública, Estudo da Arte de Governar Neoliberal, Sociologia crítica do Estado e do Direito, Políticas Públicas, Justiça Criminal, Sociodiversidade, Teoria Crítica da Democracia e dos Direitos Humanos.

O professor Jean-François Deluchey está atualmente desenvolvendo dois programas de pesquisas: 1) **OS DISPOSITIVOS NORMATIVOS NEOLIBERAIS FACE AO APAGAMENTO DA BIO-SOCIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA**; 2) **O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE DE PERIFERIA NO ESTADO DO PARÁ** (*Law Enforcement Agencies and the Death of Peripheral Youth in the Brazilian Amazon State of Pará*).

PROGRAMA DE PESQUISA 1 – OS DISPOSITIVOS NORMATIVOS NEOLIBERAIS FACE AO APAGAMENTO DA BIO-SOCIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

Este programa apresenta os seguinte **OBJETIVO GERAL**: Apoiado principalmente nas reflexões de sociologia jurídica realizadas pelos membros da equipe de pesquisa na qual está inserido, o presente projeto buscará estudar **de que forma e com quais efeitos os dispositivos normativos neoliberais promovem, participam ou resistem ao apagamento das formas de vida inúteis ao mercado na Amazônia**, desenvolvendo pesquisas em vários campos de observação empírica.

OS TEMAS ABORDADOS POR ESTE PROGRAMA DE PESQUISA SÃO OS SEGUINTE:

- a) Os dispositivos jurídicos neoliberais e o acesso à justiça;
- b) O extermínio das formas de vida na Amazônia;
- c) Disposições individuais e socio diversidade face à exigência de crescimento econômico.

PROGRAMA DE PESQUISA 2 – O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE DE PERIFERIA NO ESTADO DO PARÁ (*Law Enforcement Agencies and the Death of Peripheral Youth in the Brazilian Amazon State of Pará*).

OBJETIVO: Propomos estudar os dispositivos de repressão criminal e os homicídios da juventude de periferia no estado do Pará, procurando identificar como estes são estruturados a partir da perspectiva neoliberal. Em consonância com Michel Foucault, a arte neoliberal de governar considera como anormal toda forma de vida contrária à consolidação da economia de mercado. Tal discurso legitima diversos tipos de intervenção governamental contra grupos sociais politicamente minoritários, levando ao apagamento (físico e/ou simbólico) de indivíduos e grupos tradicionais ou urbanos, como é o caso do extermínio da juventude de periferia da região amazônica.

O PROGRAMA SE DESENVOLVERÁ EM QUATRO ETAPAS:

- 1) Analisar e interpretar as expressões dos dispositivos coercitivos neoliberais (legais e práticos);
- 2) Registrar e estudar o apagamento das formas de vida no estado do Pará, especificamente o assassinato de jovens de periferia;
- 3) Registrar e estudar a morte dos policiais (dentro e fora do serviço);
- 4) Analisar e avaliar as consequências da “guerra contra o crime” sobre o pensamento social e político sobre segurança e estruturação do Estado na região amazônica do Brasil.

5) Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2002) e doutorado Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e Pós- doutorado pela University of St. Andrews, Scotland-UK (2014). Tem experiência na área de Pensamento Social Latino Americano, com ênfase na perspectiva decolonial, atuando principalmente nos seguintes temas: **Antropologia Política, Pensamento Decolonial, Estado e políticas públicas para população tradicional, assim como temas relacionados à raça e etnicidade.**

O professor Luís Cardoso está atualmente desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: Terra, Saúde e Educação. Políticas públicas para populações quilombolas na Amazônia.

OS OBJETIVOS DESTE PROGRAMA SÃO OS SEGUINTE:

As populações tradicionais, por meio dos movimentos sociais, possuem agenda de luta por direitos sociais definidas segundo suas avaliações com relação às possibilidades políticas de conquistá-los. Deste modo, elas lutaram por muito tempo, e algumas ainda lutam, para assegurar o direito à terra, com objetivo de garantirem a reprodução da vida material. Os grupos que alcançaram suas demandas, logo formularam outras reivindicações sobre as quais passam se organizar politicamente. Nesse movimento, uma parcela das populações tradicionais hoje tem como bandeira de luta a formulação de políticas públicas ligadas às suas especificidades étnico-raciais e culturais, nas áreas que lhes parecem mais urgentes. Portanto, com este programa de pesquisa, investiga-se como as políticas públicas relacionadas à produção, à saúde e educação chegam às populações tradicionais, e quais seus efeitos reais para efetivação da cidadania da população rural no Brasil.

Ementa: Os estudos de políticas públicas às populações tradicionais seguirão a matriz do pensamento decolonial, com autores como Enrique Dussel, AnibalQuijano, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres. Com os herdeiros da teórica crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth, analisaremos a organização política e social das populações tradicionais e suas lutas por reconhecimento e distribuição. Esses dois eixos serão alimentados por outros autores, os quais comporão o quadro analítico desse programa de investigação.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS – Esta área de concentração agrega os seguintes professores:

- 1) Dr. Alberto Luiz Teixeira da Silva
- 2) Dr. Bruno de Castro Rubiatti
- 3) Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
- 4) Dr. Edir Veiga Siqueira
- 5) Dr. Edval Bernardino
- 6) Dr. Gustavo Ribeiro
- 7) Dra. Eugênia Rosa Cabral
- 8) Dra. Maria Dolores Lima da Silva
- 9) Dra. Marise Morbach

1) Dr. ALBERTO LUIZ TEIXEIRA DA SILVA - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1983), mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1994), doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e pós-doutorado pela Universidade Carlos III de Madrid (2016). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais, atuando principalmente nos seguintes temas: 1) Governança e Relações Internacionais. 2) Política e gestão ambiental. 3) Cooperação internacional, sustentabilidade conflitos socioambientais

O professor Alberto Teixeira está atualmente desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL**

OS OBJETIVOS DESTE PROGRAMA SÃO: estudar e discutir, à luz do suporte teórico das relações internacionais contemporâneas e das mudanças promovidas pela globalização multidimensional, transições para uma economia de baixo carbono, eficiência energética e governança dos bens públicos. Em suma, propomos a reflexão de temas complexos que conformam a agenda da governança ambiental global como mudanças climáticas, energia, água, sociobiodiversidade, dentre outras temáticas voltadas para a promoção de políticas públicas responsáveis e sustentáveis.

EMENTA: Relações internacionais contemporâneas. Capitalismo e mudanças globais. Transições paradigmáticas: economia de baixo carbono, fontes renováveis e eficiência energética. Governança pública e desenvolvimento sustentável pluridimensional. Clima, energia, recursos hídricos e florestais.
Objetos, temas, de pesquisa

OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO OS SEGUINTE:

- a) Geopolítica, regimes internacionais e governança das mudanças climáticas;
- b) Governança climática das cidades;
- c) Regulação e governança de recursos hídricos;
- d) Governança energética;
- e) Governança e políticas públicas de resíduos sólidos;
- f) Segurança regional e global;
- g) Desenvolvimento sustentável, ciência, tecnologia e inovação;
- h) Amazônia, mudanças globais e economia de baixo carbono.

2) Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI - Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), mestrado (2008) e doutorado (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (PNPD/CAPES). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos

O professor Bruno Rubiatti está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: Instituições Políticas e Estudos legislativos na América Latina

OBJETIVOS DO PROGRAMA: Analisar os regimes institucionais dos Países Latino-Americanos e seus impactos sobre o funcionamento dos legislativos do subcontinente, englobando tanto estudos comparados quanto estudos de casos.

EMENTA: Regimes institucionais na América Latina, Comportamento Parlamentar, Relação Executivo e Legislativo nos países latino-americanos,

OBJETOS E TEMAS DE PESQUISA:

- a) Instituições Políticas na América Latina.
- b) Sistemas Partidários e Eleitorais latino-americanos e seus impactos no comportamento parlamentar.
- c) Organização e Comportamento Parlamentar. Capacidade de Controle dos legislativos latino-americanos.
- d) O Legislativo no processo decisório.
- e) Sistemas bicamerais da América Latina.
- f) Relação entre o Executivo e o Legislativo. Sistemas de Governo na América Latina.
- g) Federalismo e Representação territorial nos países latino-americanos

3) Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA – Graduado em Economia pela UFPA (1988) Possui mestrado em Ciência Política (1994) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006), atuando principalmente nos seguintes temas: **1) Sistemas Eleitorais e Partidários. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Comportamento Eleitoral; 4) Mídia e Opinião Pública; 5) Política Comparada.**

O professor Carlos Augusto Souza está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.**

OS OBJETIVOS DESTES PROGRAMAS SÃO: desenvolver estudos sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, evidenciando a participação e influência dos atores políticos, tanto no âmbito do sistema eleitoral e partidário quanto na relação entre os poderes executivo e legislativo.

EMENTA: Geografia do voto; Participação e representação política, comportamento eleitoral; coligações partidárias; grupos de interesses no processo eleitoral, clientelismo político, emendas orçamentárias, recrutamento político, reeleição e renovação parlamentar, financiamento de campanhas, propaganda e campanha eleitoral.

OS TEMAS DE INTERESSE DESTES PROGRAMAS SÃO:

- a) Avaliar o sistema partidário e a força dos partidos na esfera local, nacional e estadual;
- b) Analisar a Geografia do voto existente nas eleições legislativas e executivas;

- c) Entender o processo de Participação e o comportamento do eleitor nas eleições legislativas e executivas;
- d) Estudar o processo de formação e desempenho das coligações no processo eleitoral;
- e) Identificar a participação de grupos sociais relevantes na formação do poder político como: indígenas, negros, religiosos, etc.;
- f) Verificar os mecanismos de recrutamento e formação de lideranças na esfera eleitoral e partidária;
- g) Avaliar as reeleições e a renovação parlamentar verificados no processo eleitoral;
- h) Analisar a formação da receita e despesas das campanhas eleitorais e o processo de prestação de contas por parte da elite política.

4) Dr. EDIR VEIGA SIQUEIRA- Possui Mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Cândido Mendes (2004). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: 1) O Estado Federal em perspectiva comparada. 2) Legislativo, Judiciário e demandas das instituições da competição eleitoral. 3) Executivo, legislativo e Processo decisório em Políticas Públicas. 4) Política brasileira e Pensamento político nacional.

O professor Edir Veiga está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: SISTEMAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIOS. SISTEMA DE GOVERNO E AS RELAÇÕES EXECUTIVO LEGISLATIVO**

Este programa apresenta os seguintes **OBJETIVOS**: verificar a interface entre o desenho do sistema eleitoral e sua repercussão do desenho institucional do sistema partidário. Em que medida os sistemas eleitorais impulsionam per si a fragmentação ou não dos sistemas partidários. A correlação entre sistemas partidários eleitorais e sistemas partidários parlamentares. Sistemas eleitorais, voto personalizado e listas abertas e fechadas. Voto obrigatório e sua interface com abstenções eleitorais, votos em brancos e nulos. Resultados eleitorais e justiça. Poder Executivo, Poder Legislativo e processo decisório políticas públicas. Política brasileira, paraense e pensamento político nacional e estadual.

EMENTA: O desenho das instituições políticas do Estado Democrático de Direito. Eleições e sistemas eleitorais. Partidos e sistemas partidários. Voto e teorias do voto. Sistemas de governos. Formas de Estado. Formas de governo. Teorias de políticas públicas e processo decisório. Judiciário e o sistema político. Interface entre pensamento político estadual, nacional e internacional.

TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:

- a) Desenhos e formatos de sistemas partidários eleitorais e parlamentares;
- b) Desenho e formato dos poderes legislativos municipais, estaduais e federal;
- c) Desenho das relações entre os poderes executivos e legislativos em nível nacional e subnacional;
- d) Judiciário e competição eleitoral em perspectiva comparada a nível subnacional e interestatal;
- e) Executivo, legislativo e processo decisório em políticas públicas;
- f) Competição eleitoral e teorias do voto;
- g) Competição eleitoral, partidária e história política;
- h) Confrontos de projetos políticos e pensamento político;

i) Avaliação de governos e debates políticos à luz das teorias que explicam a fundação do Estado Brasileiro.

5) Dr. EDVAL BERNARDINOCAMPOS – Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (UFPA) e Doutorado em Ciência Política (IUPERJ/UFPA), em estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPGEO/UFF), atuando principalmente nos seguintes temas: 1) Políticas Públicas; 2) Gestão Participativa; 3) Governança Territorial; 4) Controle Social; 5) Participação e Representatividade; 6) Descentralização; 6) Poder Local.

O professor Edval Bernardino Campos está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: Grupo de Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais na Amazônia (GAPSA).

OS OBJETIVOS DESTE PROGRAMA SÃO:

EMENTA: investigar a área das Políticas Públicas e Sociais desenvolvidas na Região Amazônica, em particular no Estado do Pará. Um dos principais focos de trabalho deste grupo é investigar a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, por meio da análise do planejamento e execução das políticas públicas destinadas à população amazônica. Desta forma, pretende-se também elaborar conhecimentos que poderão colaborar no diagnóstico, avaliação e proposição de políticas públicas e sociais para a Região.

OS TEMAS DE INTERESSE DESTE PROGRAMA SÃO:

- a) Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais em particular;
- b) Gestão Participativa de Políticas Públicas;
- c) Governança Territorial na perspectiva das ações do Governo;
- d) Controle Social sobre o âmbito da Sociedade Civil;
- e) Participação e Representatividade na perspectiva da Democracia Participativa;
- f) Descentralização como processo político;
- g) Poder Local como instância da ação governamental.

6) Dra. EUGÊNIA ROSA CABRAL - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1989), mestrado (1998) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA / UFPA) e doutorado (2007) em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

A professora Dra. Eugênia Rosa Cabral desenvolve um programa de pesquisa intitulado: **PADRÕES DE INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO-GRUPOS DE INTERESSE, EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS: PERSPECTIVA COMPARADA, NACIONAL E INTERNACIONAL.**

Os **OBJETIVOS** deste programa são: analisar o papel das instituições como fator determinante na configuração dos padrões de relação entre o executivo, o legislativo e os grupos de interesse, mais especificamente grupos empresariais, com ênfase nas implicações desses padrões de interação na produção legislativa e nos processos decisórios concernentes a políticas de desenvolvimento. A partir do arcabouço teórico denominado de Variedade de Capitalismo, procurar-se analisar o Estado e sua relação com grupos de interesse como parte

integrante de um dado regime produtivo, inseridos num marco institucional mais amplo, que define regras, valores, incentivos e restrições que condicionam o desempenho dos diferentes atores. As pesquisas devem, preferencialmente, ter escopo comparativo, no âmbito nacional e internacional.

EMENTA: Padrão de Interação entre executivo, legislativo e grupos de interesse; Processos decisórios de políticas públicas; Produção legislativa; Lobby como forma de representação política; Regras institucionais como fator determinante de padrões de interação; Papel do Estado na coordenação e regulação do mercado.

TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:

- a) Produção legislativa e processos decisórios sobre projetos de infraestrutura de transporte, portos, energia elétrica e telecomunicações com significativo impacto ambiental;
- b) Produção legislativa e processos decisórios sobre normas ambientais, biossegurança e aquecimento global;
- c) Lobby como representação de interesses, no âmbito do Congresso Nacional, no contexto democrático atual.
- d) Padrões de Interação entre Executivo, Legislativo e Grupos de Interesse em processos de produção de regras.

7) DR. GUSTAVO CÉSAR DE MACEDO RIBEIRO - Possui graduação (2004), mestrado (2006) e doutorado (2014) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento político; 2) Comportamento eleitoral e classes sociais; 3) Eleições e sistemas eleitorais; 4) Partidos políticos e sistemas partidários; 5) Política brasileira.

O Professor Gustavo Ribeiro atualmente está desenvolvendo o programa de pesquisa intitulado: **CLASSES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

Os OBJETIVOS deste programa são: analisar as tendências de intenção de voto em eleições presidenciais no Brasil durante o período compreendido entre 2002 e 2014, buscando identificar as possíveis relações entre inserção diferencial em relações de classe e comportamento eleitoral. Dessa forma, com base em resultados de *surveys* de opinião com abrangência nacional (tais como o ESEB e o *Latinobarómetro*), a investigação empírica intenta desvelar se, no espaço de tempo em questão, são identificados padrões de voto de classe. Especificamente, se estão presentes, no período estudado, tendências de voto de classe “tradicional” (i.e. eleitores de classes trabalhadoras votando em partidos de esquerda) e “total” (que engloba os outros tipos interação entre voto e classe).

EMENTA: voto de classe; comportamento político e clivagens sociais; eleições presidenciais; pesquisas *survey*.

TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA

- a) Comportamento político
- b) Voto, classes e clivagens sociais
- c) Eleições presidenciais e subnacionais
- d) Disputas eleitorais no Brasil contemporâneo
- e) Metodologias quantitativas e análise política

8) Dra. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991), mestrado (1999) e doutorado (2007) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

A professora Dra. Maria Dolores Silva desenvolve um programa de pesquisa intitulado: **REPRESENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO**.

Os **OBJETIVOS** deste programa são: analisar comportamentos políticos no âmbito de instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. O intuito é produzir reflexões a respeito do exercício da representação política dentro dos limites das regras institucionais, assim como também identificar demandas sociais, traduzidas pelos atores políticos no exercício das atividades que lhes são delegadas pelos cidadãos.

EMENTA: Estudo de demandas por políticas públicas nos Legislativos; Identificação e comparação de regras institucionais; estudo do papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas públicas.

TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:

- a) Desenhos institucionais dos Legislativos locais;
- b) Produção legislativa sobre meio ambiente;
- c) Produção legislativa sobre saúde, educação e cultura;
- d) Políticas industriais e comerciais de impacto ambiental;
- e) *Accountability* de mandatos representativos.

9) Dra. MARISE MORBACH - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1994); Mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996); Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006), atuando principalmente nos seguintes temas: comportamento político nos mídias e sociabilidades em redes online.

TEMAS DE INTERESSE DO PROGRAMA:

- a) Formas de representação política: como o poder se distribui no ambiente midiático e no virtual entre representantes e representados; entre instituições e agentes; etc.;
- b) Estruturas de comunicação e repertórios políticos na Amazônia contemporânea: socialidades midiáticas e sociabilidades virtuais;
- c) As formas de manifestação e associação de interesses no comportamento político da *media* e suas interfaces com a ética e a cultura;
- d) Personificação política e mudança institucional no ambiente midiático;
- e) A sociabilidade política em redes sociais online: cultura política e senso comum;
- f) Mudança e padrão de representação dos interesses na sociabilidade online.